



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### PROJETO DE LEI

Fixa o percentual mínimo de empregos em comissão da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba a serem preenchidos por servidores efetivos e dá outras providências.

#### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 128/2016

**Autor:** MESA DIRETORA

**Ementa:** FIXA O PERCENTUAL MÍNIMO DE EMPREGOS EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA A SEREM PREENCHIDOS POR SERVIDORES EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**PROTOCOLO GERAL Nº 2199/2016**

Data: 28/11/2016 - Horário: 17:56



A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º O percentual mínimo de 22% (vinte e dois por cento) do total dos empregos públicos de provimento em comissão, da estrutura da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, preenchido por servidores efetivos.

Parágrafo único. As Diretorias da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba devem ser obrigatoriamente preenchidas por servidores efetivos.

Art. 2º A nomeação do servidor efetivo aos empregos públicos em comissão será feita através de Portaria.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em




# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba


## Estado de São Paulo

contrário.

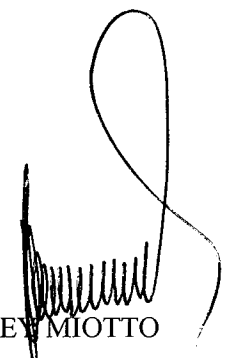
Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 28 de novembro de 2016.



FELIPE CÉSAR  
Presidente




CARLOS EDUARDO DE MOURA-Magrão  
1º Vice-Presidente



RODERLEY MIOTTO  
2º Vice-Presidente



JANIO ARDITO LERARIO  
1º Secretário



ANTONIO ALVES DA SILVA  
2º Secretário



# Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

## Estado de São Paulo

### JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei visando corrigir uma omissão na legislação da Câmara de Pindamonhangaba, na ausência de lei estabelecendo um percentual mínimo dos cargos em comissão dos quadros de seus servidores.

A necessidade da fixação em lei desse percentual mínimo decorre da Emenda Constitucional nº 21, de 14.02.2006, que, reproduzindo o art. 37, V, da Constituição Federal (com redação dada pela EC nº 19/1998), deu nova redação ao art. 115, V, da Constituição Estadual, garantindo-se o princípio constitucional de acessibilidade aos cargos de direção superior da administração aos servidores públicos efetivos.